

Atendimento à Criança Portadora de Deficiência Auditiva

MÔNICA AZEVEDO DE CARVALHO CAMPELLO*

A Educação Especial, na maioria dos países, tem seguido, em alguns aspectos, um padrão evolutivo. Em sua fase inicial e prolongada, caracterizava-se pela segregação e exclusão. A clientela era simplesmente ignorada, evitada, abandonada, quando não exterminada.

Na fase intermediária, já vista com outros olhos, a clientela passou a ser percebida como possuidora de determinadas capacidades, ainda que limitadas. Naquele momento, os “excluídos” passaram a ser integrados a certos setores sociais, mesmo que ainda predominassem características protecionistas, sendo submetidas a determinados tratamentos em asilos e abrigos, de onde raramente saíam. Na fase atual procura-se enfatizar a valorização desses indivíduos como seres com grande potencial para tornarem-se cidadãos atuantes e produtivos. Inicia-se, então, um movimento pela inclusão dessas pessoas.

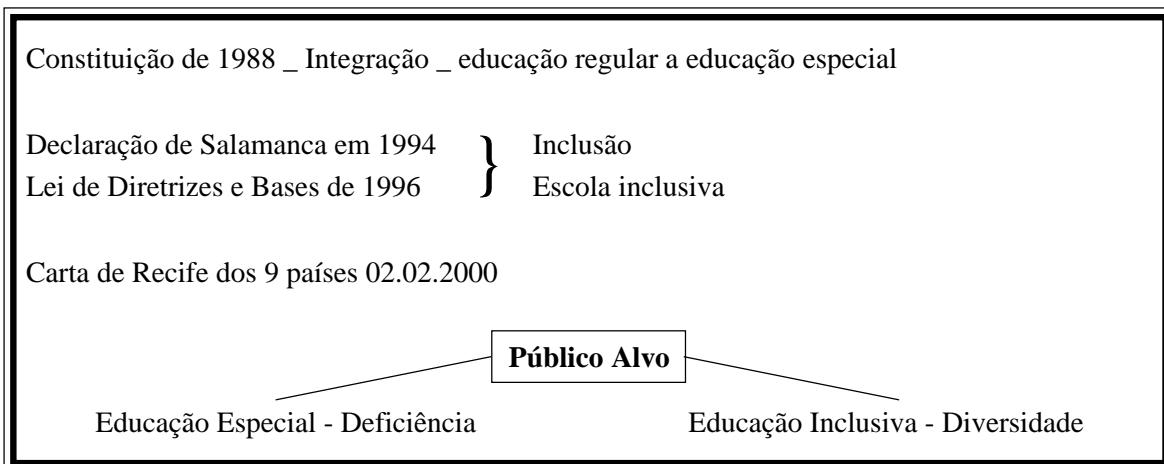
Em 1994, em Salamanca - Espanha, reuniram-se representantes de 92 governos e 25 organizações internacionais, com o objetivos de

promover a **Educação Para Todos**, analisando as mudanças fundamentais da política educacional necessárias para favorecer uma educação integradora capaz de atender às necessidades específicas à cada deficiência.

A Declaração de Salamanca reafirma o compromisso com a **EDUCAÇÃO PARA TODOS**, reconhecendo a importância e a urgência de ser o ensino ministrado no sistema comum de educação, sem segregacionismo. Esse instrumento apoia uma linha de ação, cujas disposições e recomendações devem orientar organizações e governos, no intuito de dar às escolas maior eficácia educativa no decorrer do processo.

Partindo então desta breve introdução apresentaremos a linha histórica das Políticas Públicas Educacionais.

* Fonoaudióloga, Pós-graduada em Audio-comunicação. Especialização no Método Perdoncini de Educação Auditiva. Diretora - Proprietária durante 13 anos do CDEDA - Centro de Dança e Estudo do Deficiente Auditivo do RJ. Atualmente Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas do Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico do INES.



Muito se tem a discutir, a repensar neste processo histórico do qual estamos fazendo parte. O princípio fundamental da linha de ação, citada anteriormente, é de que as escolas devem acolher todas as crianças independente de suas condições físicas, intelectivas, sociais, emocionais, lingüísticas...

Iremos neste momento direcionar nosso discurso mais especificamente para a pessoa surda consequentemente o INES se destacará nesse contexto.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos, como órgão do Ministério da Educação e Centro de Referência Nacional da Surdez, tem como missão institucional a produção, o desenvolvimento e a divulgação de conhecimento científico e tecnológico na área da surdez, em todo o território nacional. Propõe-se, também, a subsidiar a Política Nacional de Educação, na perspectiva de promover e assegurar o desenvolvimento global da pessoa surda, sua plena socialização e o respeito às suas diferenças.

O objetivo principal da Instituição é preparar o surdo para assumir seu papel de

cidadão de agente participativo e transformador da sociedade. Com uma proposta bilíngüe de educação, tendo a língua de sinais (LIBRAS) como 1ª e o português escrito/oral como 2ª, o INES atende atualmente em torno de 500 alunos, da estimulação precoce até o 2º grau. Além dessa educação formal, os alunos recebem atendimento especializado nas áreas de fonoaudiologia, psicologia e assistência social. Os cursos profissionalizantes e estágios remunerados ajudam na inserção do surdo no mercado de trabalho. Arte e esporte completam o atendimento diferenciado. Como Centro de Referência e, em articulação com o seu Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico, presta assessoria técnica a todo o território nacional tendo, este ano, iniciado o assessoramento no âmbito internacional, em Lubango - Angola. Desenvolve, também, diversas pesquisas nas áreas clínica e pedagógica, bem como, vem atuando na área da prevenção. Possui 4 publicações periódicas: Revista Espaço, Arqueiro, Fórum e Anais do Se-

minário. Realiza, anualmente, o Curso de Estudos Adicionais - CEAD, que é dirigido a professores com formação em magistério de 1ª a 4ª séries, além de Fóruns, cursos e seminários.

Retornando, então, à Política Nacional de Educação, vamos conceituar o que é surdez, na atual perspectiva educacional, envolvendo, pelo menos, três diferentes aspectos:

Social: refere-se à comunidade surda, como minoria lingüística, com cultura e língua próprias.

Clínico: refere-se a portadores de deficiência auditiva, cujos resíduos auditivos não são

suficientes para que haja o desenvolvimento natural da linguagem oral. Requerem aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI) e atendimento fonoaudiológico para que possam chegar à oralidade.

Educacional: refere-se a indivíduos surdos com necessidades educacionais específicas à comunicação e, conseqüentemente, à aquisição de conhecimentos.

De acordo com o conceito de surdez estabelecido, filosofias e métodos são definidos e o modelo educacional traçado, como podemos ver a seguir:

FILOSOFIA ORALISTA	FILOSOFIA DA COMUNICAÇÃO TOTAL	FILOSOFIA BILÍNGUE
<p>Objetivo - Aquisição de linguagem oral. Visa a integração da pessoa surda na escola regular. Professor especializado. Fonoaudiólogo.</p>	<p>Objetivo - Romper a barreira da comunicação pela utilização de todos os recursos disponíveis. Visa a permanência da pessoa surda na escola especial, em conseqüência das dificuldades de comunicação. Professor especializado. Fonoaudiólogo.</p>	<p>Objetivo - Aquisição de duas línguas: L1 - LIBRAS; L2 - Português (oral / escrita) Pode ter diferentes tipos de abordagens: L1 - LIBRAS; L2 - Português oral e escrito. Surdo. Professor especializado. Fonoaudiólogo.</p>

Para finalizar, tentaremos situar a Educação Especial frente às Políticas Públicas. Muito teremos ainda que debater até se chegar a um denominador comum. Muitos são os caminhos. Fazendo minhas as palavras da Profa. Solange Rocha. “Precisamos apostar numa formação que permita ao portador de necessidades educativas especiais, ter autonomia social e inserção na vida produtiva. Os caminhos, tornamos a dizer, são muitos, cabe-nos encontrá-los na medida certa, sem pré-conceitos.

Devemos olhar nossos aprendizes como potenciais cidadãos de um mundo que queremos melhorar”... ◆

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Santos, P. M. (1997). Artigo originado do debate sobre Inclusão do Fórum Permanente de Educação e Saúde, promovido pelo Instituto Philippe Pinel, PUC-Rio e UFRJ.
- Mazzotta, JS. M. Educação Especial no Brasil História e Políticas Públicas - São Paulo, Cortez, 1996.
- Instituto Nacional de Educação de Surdos, apostila do Seminário Intermunicipal / Interestadual do INES - Educação e Surdez, 2000.